

Afinal, quem é que os “deu à luz”?

Um caso de *lectio faciliior* na leitura da “Carta sobre a génese dos heterónimos”

[After all, who “gave birth” to them?
A case of *lectio faciliior* in the reading of the
“Letter on the genesis of heteronyms”]

Enrico Martines*

Palavras-chave

Fernando Pessoa, Crítica textual, Carta a A. Casais Monteiro, Maternidade, Heteronimismo.

Resumo

O artigo propõe uma revisitação crítica da célebre carta de Fernando Pessoa a Adolfo Casais Monteiro (13 de janeiro de 1935), texto central do modernismo português. Partindo da releitura de uma vogal numa palavra da epístola, discute-se o princípio filológico da *lectio faciliior* e a sua aplicação nas várias edições da carta. A análise envolve questões de datilografia, variantes editoriais e reflexões filosóficas sobre criação, linguagem e imortalidade, com referências ao *Banquete* de Platão e a *O Marinheiro*. Ao explorar a semântica das duas leituras, o artigo reavalia a relação de Pessoa com os heterónimos e defende uma *lectio difficilior* mais coerente com o seu universo literário.

Keywords

Fernando Pessoa, Textual criticism, Letter to A. Casais Monteiro, Motherhood, Heteronymism.

Abstract

The article offers a critical revisitation of Fernando Pessoa’s famous letter to Adolfo Casais Monteiro (13 January 1935), one of the key texts of Portuguese modernism. It departs from a different reading of a vowel in a word found in the long epistle, examining the philological principle of *lectio faciliior* and its application in the many editions of the letter. The analysis includes technical aspects of typing, editorial variants, and philosophical reflections on creation, language, and immortality, with references to Plato’s *Symposium* and Pessoa’s *The Mariner*. By exploring the semantics of both readings, the article reassesses Pessoa’s relation to his heteronyms and argues for a *lectio difficilior* that better fits his literary context.

* Università di Parma.

Quem tenha estudado (ou praticado) um pouco de filologia clássica não é alheio ao conceito de *lectio faciliior* e, sobretudo, ao seu oposto, a *lectio difficilior*. O critério da *lectio difficilior* é um princípio de interpretação textual filológica aplicado aos estudos bíblicos e, em geral, à crítica textual. Nos casos de *recensio* aberta, ou seja, quando a tradição textual apresenta duas ou mais lições diferentes, mas com a mesma autoridade (variantes indiferentes), é escolhida a que apresenta a maior dificuldade intrínseca: assim, privilegia-se, literalmente, a lição mais difícil, a *lectio difficilior*. Segundo esse princípio, a versão mais complexa ou difícil de compreender é considerada com mais probabilidade a original ou autêntica. A dificuldade pode ser entendida do ponto de vista semântico, morfológico, morfossintático ou lexical. A escolha é motivada pela seguinte hipótese: parece mais provável que, no ato de copiar um códice ou um manuscrito, substitua-se – ou se erre na transcrição – uma palavra difícil, rara, do que o contrário (isto é, substituir involuntariamente uma palavra banal ou simples, fácil, por uma erudita, por uma “mais difícil”). Opina-se que, ao copiar, tende-se a banalizar e, assim, a variante mais difícil pode ser preferida porque a sua dificuldade explica a gênese das lições concorrentes. A *lectio faciliior*, ou seja, uma expressão mais comum, terá sido introduzida pelo copista no lugar de uma autêntica, que ele não compreendeu (trivialização ou banalização). É claro que existe também o princípio oposto, segundo o qual a *lectio faciliior* é mais suscetível de sofrer variações e, por conseguinte, existe a tendência a preferir as interpretações mais simples e mais óbvias.

O princípio da *lectio difficilior*, embora seja tradicionalmente tido como essencial, está sujeito naturalmente à interpretação do próprio editor e convoca o conhecimento da norma linguística, de uma prática literária situada historicamente e a definição – nem sempre evidente – das fronteiras entre o que é considerado como “erro” e o que é tido como “traço estilístico”, como expressão literária enquanto resultado do estranhamento, do desvio e da transgressão da norma. Além disso, em linha geral, o “fácil” e o “difícil” têm um carácter relativo, que varia de acordo com o universo de conhecimentos do autor e do leitor.

Esses princípios interpretativos são necessários na filologia clássica ou bíblica e, em geral, nos casos em que não há testemunho da vontade do autor e o filólogo deve reconstruir o texto através do cotejo das suas cópias realizadas por outrem. Contudo, o caso em relação ao qual se vem aqui colocar a hipótese de uma *lectio faciliior*, por parte da tradição editorial, e propor uma *lectio difficilior*, diz respeito a um autor quase do nosso tempo, Fernando Pessoa, e a um texto que está disponível na versão original. Mesmo assim, Pessoa é um dos autores que mais requer uma atividade interpretativa por parte de quem organiza a edição dos seus textos: em primeiro lugar, porque deixou grande parte da sua obra inédita e inacabada, sem expressão manifesta da sua última vontade em relação à fixação do texto. Ao editor cabe – se quer apresentar um texto crítico – a ousada tarefa de transformar em unidade a multiplicidade das opções alternativas se a relação entre elas for de superação

e não de paridade. Em segundo lugar, deve-se considerar o obstáculo da caligrafia pessoana, que é, na maioria dos casos, muito difícil de ler; sobretudo a dos seus ras-cunhos literários, um cursivo muito rápido e comprimido, realizado a lápis ou com uma tinta que o passar dos anos esbateu, diferente da escrita mais pausada e regular dos documentos realizados para serem lidos por outrem, como as cartas dirigidas a destinatários com quem não se correspondia habitualmente, que Pessoa tinha o cuidado de escrever à mão.

É exatamente uma carta, e não um texto propriamente literário, o objeto deste artigo, embora não seja por isso um texto menos famoso e menos objeto de edições e estudos: trata-se – como o subtítulo deste artigo antecipa – da famosa “Carta sobre a génese dos heterónimos”, como é conhecida a epístola enviada por Pessoa a Adolfo Casais Monteiro a 13 de janeiro de 1935. O diálogo epistolar entre o poeta dos heterónimos e o jovem diretor da revista *Presença* (desde 1930, quando entrou na direção, juntando-se a José Régio e João Gaspar Simões, preenchendo o lugar deixado vazio por Branquinho da Fonseca, protagonista de uma polémica cisão) começa quando Pessoa, agradecendo a oferta do livro *Confusão*, de Casais Monteiro, enviou-lhe uma carta manuscrita. Porém, com a exceção de outra carta manuscrita (a de 24 de dezembro de 1934), os testemunhos das três restantes cartas enviadas a seguir por Pessoa ao jovem crítico do Porto são todos datilografados, a atestar a maior familiaridade que o homem do *Orpheu* ganhara em relação ao seu interlocutor. Portanto, também a famosa carta de 13 de janeiro de 1935 é datilografada, estando disponível quer o original recebido por Casais Monteiro, quer a cópia de químico realizada por Pessoa para o seu arquivo de correspondência.¹

Seria de esperar que um texto datilografado não levantasse grandes problemas de decifração, e assim é, na grande maioria dos casos, a não ser quando o autor – antes de tirar a folha da máquina – rasura uma ou mais palavras com uma série de “x” ou opera alterações por sobreposição de uma letra a outra. Mas, mesmo nesses casos, é geralmente possível ler a lição rasurada ou emendada. Contudo, a aparente facilidade de transcrição de um texto datilografado pode levar o editor a transcrever o que o contexto parece indicar como a lição mais óbvia – a *lectio faciliior* – e a negligenciar a necessidade de uma observação cuidadosa e pormenorizada do testemunho, isenta de condicionamentos e de antecipações em relação ao que está a ler.

A carta de Fernando Pessoa a Adolfo Casais Monteiro de 13 de janeiro de 1935 foi objeto de muitas edições, pelo seu valor intrínseco e, sobretudo, por se tratar de um texto fundamental e rico em detalhes sobre a personalidade do seu autor e sobre o fenómeno do heteronimismo, como o próprio Pessoa apelida a sua tendência para criar personagens que encarnam várias tendências latentes em si e que ganham vida

¹ O original está conservado no espólio de Adolfo Casais Monteiro (E15, 2719); a cópia de químico encontra-se no espólio de Fernando Pessoa (E3, 72-39-46). Ambos os documentos estão guardados na Biblioteca Nacional de Portugal.

própria; isto é, ganham uma vida literária como personagens dotados de fisionomia, biografia, sentimentos, influências, estilos e maneiras de escrever, mas que só existem na literatura, sendo criadores fictícios de obras literárias.

A primeira publicação da carta deu-se na própria revista *Presença*: é de salientar que Adolfo Casais Monteiro esperou mais de dois anos antes de dar a público esse tão precioso documento, que veio a figurar no n.º 49, de junho de 1937 (com a omissão do parágrafo sobre ocultismo, assim respeitando a indicação de Pessoa), um ano e meio depois da morte do poeta. É de estranhar ainda mais a demora, tendo em conta que o número anterior (48, de julho de 1936) fora inteiramente dedicado à comemoração da morte de Pessoa, incluindo fragmentos de «cartas de amor» e a carta a João Gaspar Simões de 11 de dezembro de 1931. Sucessivamente, a carta a Casais Monteiro apareceu nestas publicações:

2. Fernando Pessoa, *Poesia*, sel. e intr. de Adolfo Casais Monteiro, Lisboa: Confluência, vol. II, 1942, pp. 9-18;
3. um excerto do passo que contém dados biográficos de Álvaro de Campos figura como prefácio a Fernando Pessoa, *Obras Completas, II Poesias de Álvaro de Campos*, nota editorial e notas de João Gaspar Simões e Luiz de Montalvor, Lisboa: Ática, 1944, pp. 11-13 (com base na edição da *Presença*);
4. Fernando Pessoa, *Páginas de Doutrina Estética*, sel., pref. e notas de Jorge de Sena, Lisboa: Inquérito, 1946 (2.ª ed., 1962), pp. 255-269 e 342-343;
5. João Gaspar Simões, *Vida e Obra de Fernando Pessoa. História de uma Geração*, Lisboa: Bertrand, vol. II, 1950, pp. 11-13, (é esta a primeira vez que se publica o parágrafo sobre ocultismo);
6. Fernando Pessoa, *Obra Poética*, org., intr. e notas de Maria Aliete Galhoz, Rio de Janeiro: José Aguilar, 1960, pp. 711-714 (repr. parcial de Pessoa, 1946);
7. Fernando Pessoa, *Obras em Prosa*, org., intr. e notas de Cleonice Berardinelli, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1974, pp. 93-100 (também de Pessoa, 1946);
8. Fernando Pessoa, *Textos de Crítica e Intervenção*, Lisboa: Ática, 1980, pp. 199-208 (repr. parcial do texto da *Presença*);
9. *Prelo*, n.º 2., Lisboa, revista da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, janeiro-março de 1984 (fac-símile);
10. José Blanco (org.), "Correspondência entre Fernando Pessoa e Adolfo Casais Monteiro", Adolfo Casais Monteiro, *A Poesia de Fernando Pessoa*, 2.ª ed., s.l. [Lisboa]: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985, pp. 228-241;
11. Fernando Pessoa, *Obra Poética e em Prosa*, intr., org., biblio. e notas de António Quadros e Dalila Pereira da Costa, 2 vols., Porto: Lello e Irmão, 1986a, pp. 336-346 (baseada na edição de José Blanco);
12. Fernando Pessoa, *Escritos Íntimos, Cartas e Páginas Autobiográficas*, introdução, organização e notas de António Quadros, Mem Martins: Europa-América, 1986b, pp. 224-231 (também baseada na edição de José Blanco);

13. Enrico Martines, *Cartas entre Fernando Pessoa e os Directores da Presença*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998, pp. 251-262;
14. Fernando Pessoa, *Correspondência. 1923-1935*, edição de Manuela Parreira da Silva, Lisboa: Assírio & Alvim, 1999, pp. 337-348;
15. Fernando Pessoa, *Cartas*, org. Richard Zenith, Lisboa: Assírio & Alvim, 2007, pp. 417-426;
16. Fernando Pessoa, *Teoria da Heteronímia*, edição de Fernando Cabral Martins e Richard Zenith, Lisboa: Assírio & Alvim, 2012, pp. 273-282 (grande excerto da carta, que é transcrita a partir do terceiro parágrafo até ao fim do parágrafo sobre ocultismo, incluindo, portanto, o *locus criticus* aqui discutido; transcrição a partir do original);
17. Fernando Pessoa, *Eu Sou uma Antologia. 136 autores fictícios*, edição de Jerónimo Pizarro e Patricio Ferrari, Lisboa: Tinta-da-china, 2013, pp. 641-653;
18. Fernanda Vizcaíno, *Correspondência de Fernando Pessoa Revisitada*, 2018, pp. 506-521.²

A edição n.º 2 (PESSOA, 1942) apresenta todas as variantes (exceto uma, eliminada por conjectura) que figuram na *Presença*; devemos apenas assinalar a eliminação da abertura de três novos parágrafos, inseridos pela *Presença* e inexistentes no original, o que pode dever-se à memória de Casais Monteiro. É possível, portanto, que esta edição copie o texto da *Presença*, já que mostra os mesmos erros e acrescenta outros, que, contudo, não provocam variantes substanciais. A edição n.º 4 (PESSOA, 1946), por sua vez, parece basear-se naquela de Pessoa, 1942, já que mostra as mesmas variantes (inclusive as que *Poesia* acrescenta às da *Presença*) e reproduz a mesma organização dos parágrafos. Também neste caso, as variantes particulares, devidas nalguns casos a opções editoriais (como a instauração de itálicos e a eliminação de aspas), não justificam atenção especial.

Consideramos, portanto, que têm valor filológico, enquanto edições realizadas através da consulta do documento original: a primeira publicação da carta, que aparece em *Presença*, n.º 49 (n.º 1 da lista); a primeira publicação do parágrafo sobre ocultismo, em SIMÕES (1950) (n.º 5); a edição que figura em BLANCO (1985) (n.º 10); e as edições em PESSOA (1998) (n.º 13); PESSOA (1999) (n.º 14); PESSOA (2007) (n.º 15); PESSOA (2012) (n.º 16); PESSOA (2023) (n.º 18); e VIZCAÍNO (2018) (n.º 17).

O conteúdo da carta de Fernando Pessoa de 13 de janeiro de 1935 é motivado pela carta anterior de Adolfo Casais Monteiro (10-01-1935), em que o diretor da *Presença* escrevera:

² Este elenco não tem pretensões de exaustividade. Haverá outras publicações da carta (ou de excertos dela) que não tenham sido aqui indicadas, mas com certeza não se tratará de novas edições feitas a partir da consulta do original.

Tenho um pedido a fazer-lhe: continuo a pensar no estudo sôbre a sua poesia. Queria o Fernando Pessoa – se isso é possível – dar-me uma espécie de nota bibliográfica *avant la lettre*, isto é, uma resenha da sucessão e coordenação que faria da sua obra poética, para a publicar em volume. E queria dizer-me alguma coisa sôbre a génese dos seus heterónimos? Isto, bem o sinto, é talvez pedir demais. Creia que não levarei a mal que não me queira responder.

Pessoa não só quis responder, antes não perdeu a oportunidade que o pedido de informação de Casais Monteiro lhe oferecia e escreveu uma carta que contribuiu para a fixação do seu mito literário. Trata-se de uma carta extensa, com oito páginas, 41 parágrafos, 3.581 palavras e 17.854 caracteres. Destaco esses números para salientar que, dentro deste abundante material, ocupar-me-ei da leitura de apenas um carácter, de uma vogal que, na minha opinião, tem alguma importância.

Depois de ter tratado da recente publicação de *Mensagem* e dos seus planos editoriais futuros – estimulado pela curiosidade do seu interlocutor – Pessoa começou a explicar a origem psiquiátrica da sua tendência para a despersonalização, manifestada em criança de forma lúdica e prosseguida na idade adulta, tendo várias fases. Logo a seguir – estamos na página 4 da carta – Pessoa acrescentou um aparte, entre parênteses, que aqui se reproduz e que contém o *locus criticus* que é objeto deste artigo:

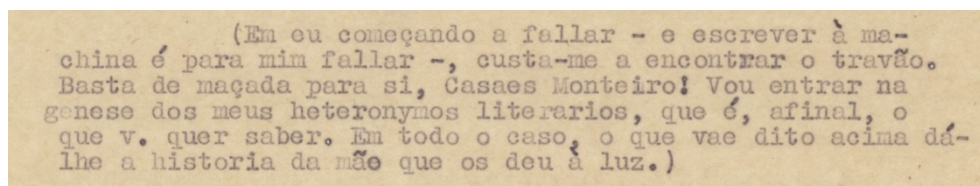


Fig. 1. Trecho da carta (E15, 2719).

Todas as edições desta carta consideradas acima transcrevem o parágrafo desta forma:

(Em eu³ começando a fallar - e escrever à machina é para mim fallar -, custa-me a encontrar o travão. Basta de maçada para si, Casaes Monteiro! Vou entrar na genese dos meus heteronymos literarios, que é, afinal, o que v. quer saber. Em todo o caso, o que vae dito acima dá-lhe a historia da mãe que os deu à luz.)

Atentemos na última frase do parágrafo: olhando para o testemunho, vê-se que há uma evidente sobreposição na última letra da sexta palavra a contar do fim, que altera completamente o seu significado. A alteração diz respeito às vogais “e” e “o”: uma é transformada na outra, formando a dupla de variantes “mão”-“mãe”. Mas qual é a sequência da alteração? É o “o” que passa para “e” ou vice-versa? Como mostra

³ A única variante figura na edição publicada em PESSOA (1999) (n.º 14), que omite, no início do parágrafo, o pronome pessoal. Há também diferentes opções em relação à ortografia da transcrição, sendo modernizada na maioria dos casos. Mas isso não interessa em relação à questão que aqui se apresenta.

a transcrição acima, a interpretação geral, até agora (inclusive na edição organizada por mim, em 1998), foi o>e, ou seja, mão>mão. Mas olhemos com mais atenção para o documento, graças à ampliação do pormenor:

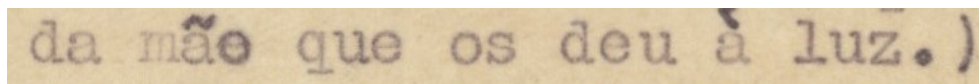


Fig. 2. Pormenor da última linha do trecho anterior.

A circunferência do "o" parece mais marcada do que o traço horizontal do "e"; é verdade que o traço horizontal do "e" é, nesta carta, geralmente mais esbatido do que o traço circular interrompido da mesma vogal (como se vê em "deu"), mas a circunferência do "o" na palavra objeto de variante parece impressa com uma força bem maior, a indicar a intenção do autor de salientar o "o" em detrimento do "e". Isto, na minha opinião, sugere que a sobreposição deva ser interpretada em sentido oposto ao que aconteceu até agora, ou seja, mão>mão.

É preciso também analisar a mecânica da alteração: a forma dos caracteres datilografados pela máquina que Fernando Pessoa usou faz com que um "e" possa ser transformado num "o" por sobreposição, mas nunca um "o" poderia ser alterado, por sobreposição, para "e", uma vez que essa última letra seria inteiramente contida no "o" e, por conseguinte, a abertura do "e" deixaria de ser visível. Ao querer alterar de forma clara um "o" para um "e", o autor deveria riscar a primeira letra e acrescentar a nova, ou na entrelinha superior (como muitas vezes acontece nas cartas datilografadas por Pessoa) ou à direita. No entanto, contrariando parcialmente essa premissa, a observação do *corpus* das cartas datilografadas enviadas pelo poeta dos heterónimos aos diretores da *Presença* mostra um "o" alterado indubitavelmente para "e" por sobreposição na carta destinada a João Gaspar Simões de 25 de fevereiro de 1933:

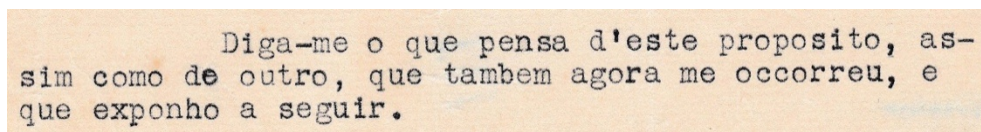


Fig. 3. Trecho da carta (Coleção Fernando Távora).

Não podem existir dúvidas sobre a alteração aplicada nessa frase, em que só aparece correta a expressão "como de outro" e em que, evidentemente, o autor modificou a preposição "do" através da sobreposição do "e" final. Mas, se compararmos os dois casos, vê-se claramente como, na imagem à esquerda (referente à carta para Casais Monteiro), a circunferência do "o" é muito mais marcada do que o traço horizontal do "e", enquanto na carta para Simões nota-se o oposto, e a pequena parte da circunferência original do "o", que o "e" sobreposto deixa visível, é muito mais esbatida:



Figs. 4 e 5. Dois exemplos de sobreposição: “e”>“o” e “o”>“e”.

Naturalmente, é preciso considerar os elementos semânticos dessa última frase do parágrafo e, especialmente, da locução que o fecha. O sintagma verbal “que os deu à luz” conjuga uma expressão que tem um evidente sentido metafórico: “dar à luz” é sinónimo de “dar nascimento a”, “trazer para a vida”. A metáfora traduz esta ação vital com a passagem da escuridão de não ser à luz da existência. Como é óbvio, a locução verbal metafórica envolve implicitamente, pelo seu significado, a figura de uma mãe, que é agente do nascimento: na leitura geralmente aceite deste trecho – “da mãe que os deu à luz” – temos uma metáfora primária implícita, uma vez que o sentido da metáfora – “o poeta é a mãe dos heterónimos” – não é expresso de forma explícita. Mas a associação entre o sintagma verbal “que os deu à luz” e a palavra “mãe”, na posição de sujeito da ação, é a mais previsível. Forma aquilo a que os linguistas chamam colocação, ou seja, a combinação frequente, preferencial ou usual de palavras, uma combinação aparentemente livre, gerada a partir das regras da língua, mas onde atua qualquer tipo de restrição lexical determinada pela norma. Chama-se colocação (no dicionário da Academia das Ciências) a “determinada palavra que ocorre com frequência, ocupando a mesma posição junto de outra palavra”. No nosso caso, “mãe” é uma colocação – a mais frequente – da locução “que os deu à luz”. A leitura de «mãe» em lugar de «mão» pode ter sido induzida por esta solidariedade lexical. A força da associação pode ter levado os editores a preferir a leitura “mãe”. Portanto, do ponto de vista filológico, nesta carta, a leitura “da mãe que os deu à luz” é a *lectio facillior*.

Pelo contrário, se lermos “mão” no lugar de “mãe”, a metáfora torna-se mais complexa, e esta leitura pode, por isso, ser vista como *lectio difficilior*. O ato metaforizado pela expressão “dar à luz” não é, neste caso, realizado por uma “mãe”, mas sim por uma “mão”: o autor – em vez de utilizar uma metáfora maternal primária – introduz uma sinédoque (a mão do escritor é a parte pelo todo) e põe o acento no ato da escrita e na parte do corpo que o realiza, ressaltando a materialidade desta ação criadora em que é o escritor a “dar à luz” (sentido metafórico segundo) não a filhos reais, mas sim a personagens literárias que, no caso dos heterónimos, são criadores de literatura e que – como já se disse acima – só têm vida no domínio da palavra escrita. Portanto, nesta nova leitura, o autor da carta não se identifica com uma figura maternal, mas, sim, com um trabalhador da palavra escrita.

De facto, parece mais verosímil que Pessoa tenha utilizado, para si próprio, uma imagem que remete para o seu ofício de escritor-criador do que uma metáfora de âmbito maternal. Se já muito se falou em “família heteronímica”, Fernando Pessoa não ocupa certamente nela o papel de “mãe”, mas, quando muito, o de “irmão”.

Assim o entendeu também Eduardo Lourenço, quem escreveu, no seu ensaio “Fernando Pessoa ou o não amor”: “Para os nossos propósitos basta admitir a eficácia criadora do mito, a sua efetiva incarnação em *poemas-autores*, suficientemente autônomos para ter trazido à vida esses irmãos, mais do que filhos, de Pessoa, que nós chamamos, como ele o fez, *Alberto Caeiro, Ricardo Reis, Álvaro de Campos*” (LOURENÇO, 1993: 58-59). O criador nem era o “irmão mais velho”, uma vez que Ricardo Reis “nasceu” em setembro de 1887, ou seja, nove meses antes de Fernando Pessoa.

Claro que, na expressão presente no *locus criticus*, tratar-se-ia de uma “mãe” metafórica, fora da ficção heteronímica, mas, mesmo assim, tendo em conta os seus escritos teóricos sobre o heteronimismo e as cartas em que aborda este assunto, não se registam outras formulações em que Pessoa se tenha referido a si próprio como à “mãe” dos heterónimos. Apenas num escrito, que faz parte de um prefácio para *Aspectos* (projetada edição das obras heterónimas, concebida por volta de 1920), lê-se uma frase que convoca a ideia de uma relação filial. Referindo-se às obras dos seus heterónimos, Pessoa escreve:

O author humano d’estes livros não conhece em si-próprio personalidade nenhuma. Quando acaso sente uma personalidade emergir dentro de si, cedo vê que é um ente diferente do que elle é, embora parecido; filho mental, talvez, e com qualidades herdadas, mas as diferenças de ser outrem.⁴

À parte o “talvez”, que dá à metáfora aqui utilizada um caráter de precariedade, deve-se notar que um “filho mental” não precisa de uma “mãe” para ser gerado, precisa de uma mente.

Lembremos que, quando João Gaspar Simões, no ensaio “Fernando Pessoa e as vozes da inocência” (publicado no volume *O Mistério da Poesia*, 1931), se referiu ao “‘fundo maternal’, ‘feminino’, em que fala Jung, ao lembrarmos-nos dos seus heterónimos” (SIMÕES, 1971: 159), ligando Pessoa à feminilidade (e à maternidade) essencial que Jung atribuía às personalidades criadoras, o poeta rejeitou de forma bastante firme essa interpretação psicanalítica, que acabava inevitavelmente – na sua opinião – por rebaixar o autor estudado, “num estilo degradante e Brasileira do Chiado”. Mesmo quando, na mesma carta que é objeto desta comunicação, Pessoa ligou a origem dos seus heterónimos a um fenómeno tipicamente feminino – “o fundo traço de histeria que existe em mim” – logo negou o aspeto físico e concreto desta manifestação patológica, cujos sintomas se manifestavam nele de um modo intelectual e interno, sem alarmar a vizinhança, como escreveu o poeta. Noutro apontamento, Pessoa atribuía a si próprio um “temperamento feminino” gerido e dominado por uma “inteligência masculina” (PESSOA, 2003: 186-187).

Esta nova leitura do *locus criticus* da carta faz pensar no discurso de Sócrates no *Simpósio* (ou *Banquete*) de Platão, em que o filósofo fala do amor (Eros) a partir

⁴ BNP/E3, 20-70. No original, por lapso, Pessoa escreve “herdades”.

dos ensinamentos que ele recebera de Diotima, uma sacerdotisa. Segundo Sócrates, o amor não é um deus, mas um intermediário entre os deuses e os humanos, é a busca pelo que nos falta, uma carência que nos impulsiona a procurar a beleza e a sabedoria. Para Sócrates e Diotima, o amor é um impulso criativo que busca a imortalidade através da geração de vida e de ideias. A procriação, o “dar à luz”, é um aspecto fundamental do amor. Segundo Diotima, o desejo de procriar é uma manifestação do desejo de imortalidade, que pode expressar-se tanto no nível físico quanto no nível espiritual. Nesse último nível, os indivíduos que são “grávidos” em alma buscam criar obras de arte, leis, invenções e outras contribuições intelectuais que possam perdurar além de suas vidas. A esse respeito, a relação entre a linguagem e este desejo, que impulsiona a alma em direção ao conhecimento, é complexa e profunda: a linguagem é uma manifestação desse desejo, pois através dela buscamos expressar e alcançar o que amamos e desejamos (cfr. PALUMBO, 2012). A mão é a parte do corpo de que a “mente” mencionada acima – Pessoa, neste caso – se serve para dar expressão escrita à linguagem e, através dela, “gerar vidas em ideia” tentando, assim, atingir a imortalidade. A mão pode ser, portanto, o instrumento capaz de aproximar o homem dos deuses, dos mistérios. Esse pormenor, por sua vez, traz à memória outro texto de Fernando Pessoa, *O Marinheiro*, em que a Segunda Vela-dora afirma que: “As mãos não são verdadeiras nem reaes... São mysterios que habitam a nossa vida... Às vezes, quanto fito as minhas mãos, tenho medo de Deus...” (PESSOA, 2017: 34).

Ora, segundo a nossa interpretação da evidência documental, Pessoa escreveu, inicialmente, “mãe” e certamente a alteração para “mão” foi relativamente imediata, isto é, ocorreu antes de o autor tirar a folha da máquina e não numa fase de releitura posterior, durante a qual as suas intervenções seriam a tinta ou a lápis. Qual terá sido a razão que o levou a essa primeira lição? Não pode haver uma resposta certa. Três hipóteses podem ser formuladas a respeito, mas não é possível ir além da mera conjectura; nos primeiros dois casos, Pessoa escreveu “mãe” por engano, querendo, no entanto, escrever “mão”:

- pode ser que Pessoa tenha carregado no “e” por mero lapso mecânico, logo corrigido;
- pode ter carregado erradamente no “e” pela força da associação lexical mencionada e ter emendado logo a palavra;
- ou então, pode ter optado inicialmente pela metáfora primária e ter mudado logo de ideia, preferindo a enunciação mais complexa e renunciando ao seu eventual papel de “mãe”.

Não me arrisco a propor uma leitura freudiana deste *lapsus clavis* para não rebaixar a análise, aos olhos de Pessoa, a “um estilo degradante e Brasileira do Chiado”.

Apesar da convicção com que esta nova proposta de leitura foi aqui apresentada, não pode haver certeza de que Pessoa tenha escrito primeiro “mãe”, para depois emendar para “mão”, e não vice-versa. Nem se quer afirmar que todos os editores desta carta tenham descuidado a observação atenta e despreconceituada do documento: eles poderiam estar legitimamente convencidos de que fosse “mãe” a palavra que Pessoa quis escrever nesse ponto da carta a Casais Monteiro. A tese da *lectio faciliior* e da influência da associação lexical na leitura deste trecho é mais uma espécie de autocrítica, tendo consciência de que a dúvida que surgiu em mim por ocasião da edição de 1998, na preparação do volume *Cartas entre Fernando Pessoa e os editores da presença*, foi então resolvida pelo argumento da maior probabilidade e aceitabilidade da lição “da mãe que os deu à luz”, porque custa desfazer uma frase feita, com tantos anos de fixação. Hoje, esse argumento parece não ser suficiente, e outros levaram a melhor na seleção da variante. Os leitores que julguem se este editor evoluiu para melhor ou para pior.

Bibliografia

- ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA, lema "Colocação", in *Dicionário da Língua Portuguesa*, <https://dicionario.acad-ciencias.pt/pesquisa/?word=coloca%C3%A7%C3%A3o>.
- BLANCO, José (org.) (1985). "Correspondência entre Fernando Pessoa e Adolfo Casais Monteiro", em: Adolfo Casais Monteiro, *A Poesia de Fernando Pessoa*. [Lisboa]: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. 2.^a ed.
- LOURENÇO, Eduardo (1993). "Fernando Pessoa ou o não-amor". *Fernando Pessoa: rei da nossa Baviera*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 55-91.
- MARTINES, Enrico (1998). *Cartas entre Fernando Pessoa e os Directores da Presença*. Edição e estudo de Enrico Martines. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- PALUMBO, Lúcia (2012). "Eros e Linguaggio nel Simposio". *Archai*, n.º 9, jul-dez, pp. 85-92.
- PESSOA, Fernando (2017). *Teatro Estático*. Edição de Filipa de Freitas e Patricio Ferrari com a colaboração de Claudia J. Fischer. Lisboa: Tinta-da-china.
- _____. (2013). *Eu Sou Uma Antologia. 136 autores fictícios*. Edição de Jerónimo Pizarro e Patricio Ferrari. Lisboa: Tinta-da-china.
- _____. (2012). *Teoria da Heteronímia*. Edição de Fernando Cabral Martins e Richard Zenith, Lisboa: Assírio & Alvim.
- _____. (2007). *Cartas*. Edição de Richard Zenith. Lisboa: Assírio & Alvim.
- _____. (2003). *Escritos Autobiográficos, Automáticos e de Reflexão Pessoal*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- _____. (1999). *Correspondência. 1923-1935*. Edição de Manuela Parreira da Silva, Lisboa: Assírio & Alvim.
- _____. (1986a). *Obra Poética e em Prosa*. Introdução, organização, bibliografia e notas de António Quadros e Dalila Pereira da Costa. Porto: Lello e Irmão. 2 vols.
- _____. (1986b). *Escritos Íntimos, Cartas e Páginas Autobiográficas*. Introdução, organização e notas de António Quadros. Mem Martins: Europa-América.
- _____. (1980). *Textos de Crítica e Intervenção*. Lisboa: Ática.
- _____. (1974). *Obras em Prosa*. Organização, introdução e notas de Cleonice Berardinelli, Rio de Janeiro: Nova Aguilar.
- _____. (1960). *Obra Poética*. Organização, introdução e notas de Maria Aliete Dolores Galhoz, Rio de Janeiro: José Aguilar.
- _____. (1946). *Páginas de Doutrina Estética*. Seleção, prefácio e notas de Jorge de Sena, Lisboa: Inquérito. 2.^a ed., 1962.
- _____. (1944). *Poesias de Álvaro de Campos*. Nota editorial e notas de João Gaspar Simões e Luiz de Montalvor. Lisboa: Ática.
- _____. (1942). *Poesia*. Seleção e introdução, de Adolfo Casais Monteiro, Lisboa: Confluência. vol. II. *Presença*, n.º 49, junho de 1937.
- Prelo*, n.º 2., Lisboa, revista da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, janeiro-março de 1984.
- SIMÕES, João Gaspar (1950) *Vida e Obra de Fernando Pessoa. História de uma Geração*, Lisboa: Bertrand, vol. II.
- _____. (1931). *O Mistério da Poesia*. Coimbra: Imprensa da Universidade. 2.^a ed.: Porto: Inova, 1971.
- VIZCAÍNO, Fernanda Maria Cardoso Pereira (2018). *Correspondência de Fernando Pessoa revisitada*, Tese de Doutoramento em Modernidades Comparadas: Literaturas, Artes e Culturas, Universidade do Minho, Instituto de Letras e Ciências Humanas.

ENRICO MARTINES é professor associado de Literatura Portuguesa e Brasileira na Universidade de Parma (Itália). Na coleção “Estudos”, da Edição Crítica de Fernando Pessoa (INCM), editou a *Correspondência entre Fernando Pessoa e os Diretores da Presença* (1998), e estudou a história desta revista, assim como as relações entre o movimento da revista *Orpheu* e o chamado “segundo modernismo”. Realizou edições crítico-genéticas e estudos de cariz filológico sobre a poesia de José Régio (integrando a Equipa de Investigação para o Estudo e Edição dos Manuscritos de José Régio) e publicou ensaios sobre autores modernos portugueses (Eça de Queirós, José Cardoso Pires, José Saramago, entre outros) e brasileiros (Antônio Gonçalves Dias). É o autor do livro *I modernismi in Portogallo e in Brasile* (2019) e o coordenador do projeto de investigação “*The Duke of Parma, de Fernando Pessoa: uma tragédia shakespeariana inédita*”. <https://dukeofparma.unipr.it/>

ENRICO MARTINES is Associate Professor of Portuguese and Brazilian Literature at the University of Parma (Italy). In the “Estudos” series of the Critical Edition of Fernando Pessoa (INCM), he edited the *Correspondence between Fernando Pessoa and the Directors of Presença* (1998) and studied the history of this journal, as well as the relations between the *Orpheu* movement and the so-called “second modernism.” He has produced critical-genetic editions and philological studies on the poetry of José Régio (as part of the Research Team for the Study and Edition of José Régio’s Manuscripts) and has published essays on modern Portuguese authors (Eça de Queirós, José Cardoso Pires, José Saramago, among others) and Brazilian authors (Antônio Gonçalves Dias). He is the author of the book *I modernismi in Portogallo e in Brasile* (2019) and the coordinator of the research project *Fernando Pessoa’s Duke of Parma: an unpublished Shakespearean tragedy*. <https://dukeofparma.unipr.it/>